



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

2º EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA

COORDENADORIA GERAL DE GESTÃO DE TALENTOS
COORDENADORIA DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO

CADERNO DE QUESTÕES / RASCUNHO

INSTRUÇÕES:

1. A duração da prova será de **5 (cinco) horas**, já incluído o tempo para o preenchimento do CADERNO DE RESPOSTAS DEFINITIVO.
2. Você receberá:
 - um **CADERNO DE QUESTÕES / RASCUNHO**.
 - um **CADERNO DE RESPOSTAS DEFINITIVO** (único documento válido para a avaliação da Prova Discursiva).
3. Ao receber o **CADERNO DE RESPOSTAS DEFINITIVO**, verifique imediatamente, no canhoto localizado ao final da primeira folha, seu nome e número de inscrição.
4. Quando autorizado o início da prova, confira atentamente o **CADERNO DE QUESTÕES** e o **CADERNO DE RESPOSTAS DEFINITIVO**. Sua prova será composta de 12 questões, distribuídas da seguinte forma:

DIREITO CONSTITUCIONAL	PONTOS
1ª questão	5
2ª questão	10
3ª questão	10

DIREITO ADMINISTRATIVO	PONTOS
1ª questão	8
2ª questão	8
3ª questão	9

DIREITO TRIBUTÁRIO	PONTOS
1ª questão	8
2ª questão	8
3ª questão	9

DIREITO PROC. CIVIL E D. CIVIL	PONTOS
1ª questão	10
2ª questão	10
3ª questão	5

5. Qualquer irregularidade comunique, imediatamente, ao fiscal de sala, pois **não** serão aceitas reclamações posteriores.
6. O **CADERNO DE RESPOSTAS DEFINITIVO** será o único documento válido a ser corrigido pela Banca, por isso controle seu tempo.
7. Não haverá substituição parcial ou integral do **CADERNO DE RESPOSTAS DEFINITIVO** por erro do candidato.
8. Siga as seguintes recomendações relativas ao **CADERNO DE RESPOSTAS DEFINITIVO** :
 - Observe o número **máximo** de linhas determinado para responder às questões.
 - A prova deverá ser realizada com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
 - Será **desclassificado** o candidato que fizer **qualquer tipo de identificação** no **CADERNO DE RESPOSTAS DEFINITIVO**, inclusive a utilização de **corretivo de qualquer espécie como borracha, fita ou tinta**.
 - Será atribuída nota zero às questões com fuga ao tema, inexistência de texto e/ou colocação em local indevido.
 - Será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado.
9. O candidato será automaticamente **excluído** do certame se for **surpreendido**:
 - utilizando aparelhos eletrônicos, tais como: *bip, walkman*, agenda eletrônica, *notebook, palmtop*, receptor/transmissor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, relógio digital com receptor e telefone celular;
 - utilizando-se, no decorrer da prova, de qualquer tipo de consulta a material impresso, anotações ou similares, ou mantendo comunicação verbal, escrita, ou gestual, com outro candidato;
10. O fiscal não está autorizado a alterar quaisquer dessas instruções.
11. Ao terminar a prova, destaque o canhoto. Ele é seu comprovante e contém o código criptografado identificador de sua prova.
12. **Somente** após decorrida **1 (uma) hora do início da prova**, o candidato **poderá entregar o CADERNO DE QUESTÕES / RASCUNHO, o CADERNO DE RESPOSTAS DEFINITIVO e retirar-se do recinto de realização da prova.**
 - 12.1 O candidato que se recusar a fazer a prova assinará o Termo de Desistência a ser lavrado pelo Coordenador e só poderá ausentar-se do recinto após decorrida uma hora do início da prova.
13. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, sendo liberados **somente** quando **todos** tiverem concluído a prova ou o tempo tenha se esgotado e tenham sido entregues todos os **cadernos**, sendo obrigatório o registro dos seus nomes na ata de aplicação de prova.
14. Ao terminar a prova, entregue obrigatoriamente o **CADERNO DE QUESTÕES / RASCUNHO e o CADERNO DE RESPOSTAS DEFINITIVO**.
15. O cronograma com as datas de divulgação do resultado da prova e entrada dos respectivos recursos estará disponível no site <http://concursos.rio.rj.gov.br>, a partir do dia 30/11/10.

Boa Prova!

DIREITO CONSTITUCIONAL

1ª Questão (05 pontos)

Discuta a relação entre o poder normativo das agências reguladoras e o princípio constitucional da legalidade.

2ª Questão (10 pontos)

Nos autos de ação ordinária, já em fase de execução, tendo sido vencido o Ente Municipal, pleiteia em juízo a parte requerendo a separação dos valores a serem pagos pela Fazenda Pública, viabilizando o pagamento da parcela referente aos honorários advocatícios sob regime de requisitório de pequeno valor. O juiz determina a oitiva da Procuradoria antes de apreciar o pedido. Como deve o Município se manifestar em juízo?

3ª Questão (10 pontos)

Lei municipal sancionada pelo Prefeito, de iniciativa parlamentar, estabelece que as Unidades de Pronto Atendimento a serem construídas em imóveis públicos municipais pela Administração Pública Municipal deverão ser dotadas de órgãos específicos de gestão e logística, que disponibilizem à população dados acerca do quantitativo de atendimentos prestados por mês e do tempo médio de espera para atendimento dos pacientes. Chamado a se manifestar acerca da matéria, analise a constitucionalidade da lei e todas as nuances constitucionais que envolvem a questão.

Fundamente as suas respostas.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1ª Questão (08 pontos)

O Município do Rio de Janeiro e a Associação de Moradores do Bairro do Jaú, localizado na Cidade do Rio de Janeiro, celebraram instrumento jurídico pelo qual o ente público repassará recursos financeiros para apoiar projeto da Associação que promove cursos profissionalizantes gratuitos na região do Bairro do Jaú.

- Qual a natureza jurídica deste instrumento celebrado e quais são as suas principais características?
- Poderia o Município, através de instrumento jurídico semelhante, delegar à Associação de Moradores do Bairro do Jaú a titularidade e a prestação do serviço público de transporte coletivo por ônibus na região do Bairro do Jaú?

2ª Questão (08 pontos)

A Secretaria Municipal de Saúde do Município do Rio de Janeiro submete à Procuradoria Geral do Município a análise de 4 (quatro) processos sobre compra de medicamentos. Analise as questões propostas e, com base na Lei 8666/93 e nos demais diplomas normativos correlatos, opine sobre a forma como deve proceder a Administração.

- Por conta de impugnações judiciais acerca dos critérios de julgamento, uma licitação sobre a compra do medicamento X ainda não terminou e o desabastecimento da rede de hospitais municipais é iminente, sendo certo que o referido medicamento é imprescindível à manutenção da vida humana em certos casos. Como deve proceder o Administrador?
- Determinado medicamento tem um único fornecedor em território nacional. Como deve proceder a Administração para a compra de tal medicamento?
- Como deve proceder a Administração para aquisição de novos medicamentos considerados bens comuns?
- O prazo de vigência de determinado contrato para aquisição de determinados medicamentos está na iminência de expirar. Indaga a Administração se tal contrato pode ser prorrogado, por igual período que o previsto no contrato original.

3ª Questão (09 pontos)

Alegando a ocorrência de negligência médica em atendimento prestado em 2004 em hospital municipal, José pretende ajuizar ação indenizatória em face do Município do Rio de Janeiro. É viável o exercício de tal pretensão? Em caso positivo, em qual teoria da responsabilidade civil poderá se fundamentar? Quais os elementos de tal teoria?

DIREITO TRIBUTÁRIO

1ª Questão (08 pontos)

Um projeto de lei municipal tem como único objetivo destinar, à Secretaria Municipal de Obras, 2% (dois por cento) da receita obtida com a arrecadação do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) para o recapeamento das vias urbanas.

Dê o seu parecer, fundamentado, sobre a constitucionalidade ou não deste projeto de lei municipal. (Não será aceita a mera indicação da constitucionalidade ou inconstitucionalidade, sem a devida fundamentação.)

2ª Questão (08 pontos)

Em 3 de novembro de 2010 é publicada no Diário Oficial a sanção, pelo Prefeito, de Lei Municipal instituidora de determinada taxa. O último artigo da referida lei estabelece sua entrada em vigor na data de sua publicação. A partir de que mês a taxa poderá legitimamente ser cobrada? Fundamente sua resposta.

(Resposta não fundamentada não será considerada.)

3ª Questão (09 pontos)

Discorra sobre três modalidades de extinção do crédito tributário.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DIREITO CIVIL

1ª Questão (10 pontos)

Em uma ação de indenização por perdas e danos movida com base na queda de uma árvore que resultou na morte de um chefe de família, o Município do Rio de Janeiro foi condenado ao ressarcimento dos danos materiais e morais causados à viúva e seus três filhos menores. A condenação consistiu na compensação pelos danos morais na base de 50 (cinquenta) salários mínimos para cada um dos autores e na obrigação de pagar pensão no valor integral dos ganhos da vítima até que todos os filhos alcancem 24 anos e/ou que a viúva tenha falecido. O Município do Rio de Janeiro interpôs apelação contra a sentença, se insurgindo contra o total de sua condenação. Distribuída a apelação, o Relator a julgou monocraticamente, modificando a sentença de 1º grau apenas no que tange ao valor dos danos morais, que foram reduzidos para 40 (quarenta) salários mínimos para cada autor. Responda:

- O Relator podia ter julgado monocraticamente a apelação?
- Quem teria legitimidade de recorrer contra a decisão monocrática?
- Qual seria o recurso?
- Qual seria o órgão competente para julgar o recurso?
- Quais matérias você, como representante do Município, arguiria na apelação?

2ª Questão (10 pontos)

Caio era um brilhante estudante de direito, já no último ano da faculdade. Era casado com Talita, dedicada esposa. Ambos ansiavam pela formatura de Caio, momento a partir do qual, tinham absoluta certeza, alcançariam um novo padrão de vida. Ocorre que Caio, sofrendo um grave acidente de trânsito, foi atendido em um hospital municipal, onde, por falta de correto atendimento, veio a falecer. Alguns meses depois, Talita propôs ação de reparação de danos em face do Município do Rio de Janeiro, postulando, não apenas danos morais, mas também danos patrimoniais consistentes na diferença de remuneração familiar que deixou de experimentar com o falecimento precoce de Caio, antes da sua formatura. O pleito de Talita procede? Justifique a sua resposta.

3ª Questão (05 pontos)

A superveniência de uma sentença de mérito, exauriente dos temas postos na lide, impõe prejudicialidade sobre um eventual agravo de instrumento interposto antes na mesma lide, contra uma decisão interlocutória que antecipou os efeitos da tutela? Justifique sua resposta.

